

Entidades negam existência de irregularidades

Ari Vicentini/AE—31/8/93

Dirigentes das fundações dizem que usam repasses para sustentar hospitais de maneira mais eficiente

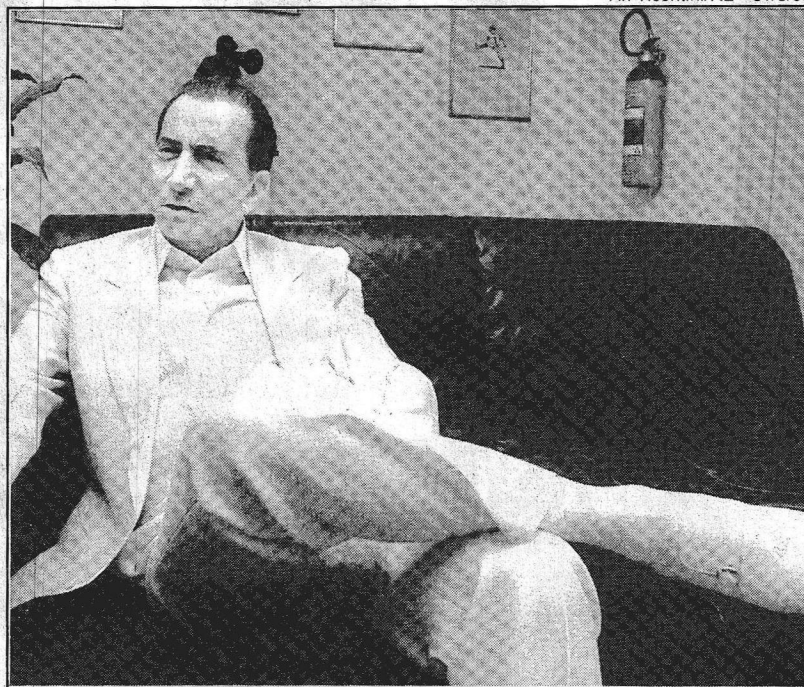
O cirurgião Silvano Raia, presidente do Conselho de Curadores da Fundação do Fígado, rebateu as denúncias sobre fraudes praticadas pela entidade com verbas públicas. "Jamais cometemos qualquer tipo de irregularidade", assegurou Raia. "Sempre prestamos contas à Secretaria da Saúde e ao Tribunal de Contas e nunca apontaram qualquer deslize."

Segundo ele, a fundação "sempre aplicou" 99% dos recursos na Unidade do Fígado da Faculdade de Medicina. Raia é professor titular da unidade, que até o fim deste ano deverá fazer 50 cirurgias de transplante de fígado. "Tudo isso é possível graças ao apoio financeiro da fundação."

"Nunca recebemos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), mas dotações do Ministério da Saúde e da secretaria", afirmou. "Essa verba sempre foi empenhada na aquisição de equipamentos e material de consumo e no treinamento de pessoal especializado." Raia explicou que os recursos também eram usados para complementação salarial de "profissionais altamente especializados".

O médico Fernando Proença de Gouvêa, diretor-presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Doutor João Amorim, disse que "as fundações foram criadas para facilitar e dinamizar os centros de excelência, uma vez que o serviço público não oferece condições". Proença argumentou que a contratação de funcionários sem concurso público "é uma das vantagens porque dá a agilidade necessária e assim a máquina não pára".

Segundo Proença, as despesas mensais do Centro de Estudos chegam a cerca de R\$ 400 mil. Hoje o centro mantém um quadro de 247



Raia: "Sempre prestamos contas e nunca apontaram deslizes"

contratados. Só 6 estão na fundação. O resto trabalha no Centro de Referência da Saúde da Mulher. "Um concurso público leva até um ano para ser concluído, a contratação direta permite a escolha de ótimos profissionais em tempo menor."

O superintendente da Fundação Zerbini, engenheiro Paulo Antero

Barbosa, disse que a entidade "sustenta o funcionamento do Instituto do Coração". Segundo Barbosa, a fundação "foi a fórmula encontrada para transformar o Incor em um instituto modelar e eficaz". O superintendente ressaltou que

"qualquer hospital estadual promove, no máximo, dois exames de cateterismo por dia, enquanto o Incor mantém sete salas e são realizados 12 exames por dia em cada uma".

"Nas sete salas funcionam equipamentos adquiridos por meio da Fundação Zerbini", assegurou. "O governo do Estado não gastou um tostão nisso." Barbosa lembra que 80% dos

pacientes do Incor "são previdenciários". Os outros 20% são conveniados ou particulares. "Aqui nós cumprimos a legislação, os recursos são aplicados integralmente no Incor."

Mágica — Em 1994, a fundação recebeu R\$ 22,3 milhões repassados pelo SUS. Outros R\$ 18,2 milhões foram arrecadados por meio de convênios. "Desse total, a fundação gastou R\$ 34 milhões com despesas de pagamentos de pessoal e compra de materiais", informou Barbosa. "Nossa mágica é essa, uma eficiência muito maior do que a do Estado."

O superintendente disse que em 1994 o Incor realizou 190 mil consultas e registrou 9,27 mil internações, 3,4 mil cirurgias, 9,996 mil estudos hemodinâmicos, 109 mil exames de ressonância magnética e 1 milhão de exames de laboratório. "Os recursos são mal geridos? Isso não tem o menor cabimento", protestou.

O assistente técnico da Fundação Adib Jatene, Olímpio Bittar, disse que a entidade "só vai se manifestar quando receber, oficialmente, notificação judicial" com a denúncia da Procuradoria-Geral. (F.M.)

PROENÇA:
CONTRATO SEM
CONCURSO É
VANTAGEM